

---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

### CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

#### Processo Administrativo nº 227/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Diretor Administrativo Odilson Gomes Braz Júnior nomeado pela Portaria nº 0127, de 03 de fevereiro de 2025, DO CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA, sediado na Rua Euclides Miragaia, 433, Sala 201 a 204, bairro Centro, na cidade de São José dos Campos/SP, CEP 12245-902, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. O Pregoeiro e a Comissão Permanente de Licitação foram nomeados pela Portaria nº 0121, de 09 de outubro de 2024.

Data da Sessão Pública: 23/03/2026

Hora Inicial: 09:00

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Reforma, Adequação e Ampliação da Sede do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no

---

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do

---

projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos

e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

3.2. O orçamento estimado da contratação conforme tabela abaixo.

<b>Item</b>	<b>Objeto</b>	<b>Valor estimado</b>
<b>1</b>	<b>Reforma, Adequação e Ampliação da Sede do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba.</b>	R\$ 263.288,73

---

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar](#)

---

[nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos,

---

valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3. ou 4.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

---



4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor do item. expresso em Reais (R\$).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.



5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no tópico 3.2 deste Edital;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de

---

habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será o valor de uma UFESP, na importância de R\$ 38,42 (trinta e oito reais e quarenta e dois centavos).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação

---

6.12. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18.1. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18.2. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele

---

intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante

---

provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para

---

contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços



---

elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional,

---

quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e

---

trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Conforme inciso III do Artigo 70 da Lei nº 14.133, de 2021, a Declaração Econômico-Financeira é facultativa para contratações abaixo de R\$ 300.000,00, fato pelo qual se enquadra nesta demanda previamente estimada em R\$ 263.288,73.

8.1.3. Contudo, para garantia de cumprimento Contratual a CONTRATADA deve fornecer os seguintes documentos referentes à Habilitação Econômico- Financeira:

A CONTRATADA deve fornecer Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no documento o seu prazo de validade.

8.1.4. A CONTRATADA deve fornecer os seguintes documentos referentes à Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.5. A CONTRATADA deve fornecer os seguintes documentos referentes à Habilitação Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

---

c) Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Estadual e Municipal, da sede ou do domicílio da licitante;

d) Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a tributos federais e dívida ativa da União.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

8.1.6. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentado o plano de recuperação judicial já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor. (Súmula nº 50 TCESP).

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1.1. A CONTRATADA deve fornecer Atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória e a contento, serviços compatíveis e similares com no mínimo 50% dos tópicos: Conforme o mapa de preços, o grupo **Instalações, serviços civis, acabamentos que constam no Anexo III constitui mais de 50% do valor estimado**. Desta forma, o(s) atestado(s) referente

---

ao grupo **Instalações** deve(m) ser(em) enviado(s) obrigatoriamente, emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável pelas informações atestadas, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

8.4.1.2. Embora os tópicos: CONDIÇÕES GERAIS, sejam de menor relevância conforme pesquisa de preços efetuada, podem receber os atestados de capacidade técnica pois fazem parte das atividades necessárias à implementação do objeto licitado. Como também, possuem valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor estimado da contratação conforme reza o § 1º, Artigo 67 da Lei 14.133/2021.

8.4.2. A CONTRATADA deve analisar os anexos complementares:

8.4.2.1. Termo de Referência (Anexo I)

8.4.2.2. Especificações do Serviços e mão de obra (Anexo II)

8.4.2.3. Modelo para proposta comercial (Anexo III) – **Preenchimento obrigatório**

8.4.2.4. Cronograma Físico-Financeiro (Anexo IV) – **Preenchimento obrigatório**

8.4.2.5. Declaração de Fins de habilitação social, fiscal e trabalhista (Anexo V) – **Preenchimento obrigatório**

8.4.2.6. Declaração de Conhecimento do Objeto (Anexo VI) – **Preenchimento obrigatório**

8.4.2.7. Declaração de Documentos a Disposição do TCE-SP (Anexo VII) - **Preenchimento obrigatório**

8.4.2.8. Declaração de Visita Técnica (Anexo VIII) – **Opcional** (A Visita Técnica é um direito do Licitante, mas não desclassifica caso não seja realizado).

8.4.2.9. Dados para Assinatura do contrato (Anexo IX) - **Preenchimento obrigatório**

8.4.2.10. Minuta do Contrato – Obras e Serviços (Anexo X)

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas,

---

na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do

---

licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os



---

procedimentos de que tratam o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 7 (sete) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 7 (sete) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota de Empenho está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

9.5. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por

---

solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Contrato.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação

---

da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.agenciaambientaldovale.sp.gov.br/pregao-eletronico/>.

10.11. O recurso poderá ser realizado por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacao@agenciaambientaldovale.sp.gov.br](mailto:licitacao@agenciaambientaldovale.sp.gov.br) dentro do horário de expediente do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, das 08h00 às 16h00.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela

---

**Administração;**

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e;

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

---

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as

---

provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, dentro do horário de expediente do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, das 08h00 às 16h00.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

---

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacao@agenciaambientaldovale.sp.gov.br](mailto:licitacao@agenciaambientaldovale.sp.gov.br)

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou



---

demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.agenciaambientaldovale.sp.gov.br/pregao-eletronico/>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. Estudo Técnico Preliminar;

13.11.2. Apêndice do Anexo I – Termo de Referência;

13.11.3. Anexo II – Especificações do Serviços e mão de obra;

13.11.3. Anexo III – Modelo de Proposta Comercial;

13.11.4. Anexo IV – Cronograma Físico-Financeiro;

13.11.5. Anexo V – Declaração de Fins de habilitação social, fiscal e trabalhista;

13.11.6. Anexo VI – Declaração de Conhecimento do Objeto;

13.11.7. Anexo VII – Declaração de Documentos a Disposição do TCE-SP;

13.11.8. Anexo VIII – Declaração de Visita Técnica;

13.11.9. Anexo IX – Dados para Assinatura do contrato;

13.11.10. Anexo X – Minuta do Contrato – Obras e Serviços.

## **14. SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Conforme reza o Artigo 122 da Lei 14.133/2021, é possível a subcontratação da execução do contrato desde que a Contratada apresente à Administração documentação comprobatória em relação à capacidade técnica do contratado. Desta forma, caso seja feita a subcontratação dos tópicos do item 8.4.1.1., será(ão) exigido(s) atestado(s) de capacidade técnica. Esta documentação será recebida pelo departamento Diretoria Administrativa, analisada e juntada aos autos do processo.

## **15. DA ORIGEM DOS RECURSOS**

15.1. As despesas do futuro contrato correrão por conta de recursos oriundos de recursos próprios, previstos na seguinte dotação orçamentaria.

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

## **16. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

16.1. Nos termos do art. 117, e seus parágrafos, da Lei Federal nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, má ocorrência desta, não replica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade como Art. 120 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

16.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.4. O Fiscal do Contrato procederá à avaliação dos serviços prestados pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte aqueles que não estejam de acordo com as especificações dos anexos vinculados aos Anexos e a este Edital.

## **17. DO FORO**

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de São José dos Campos/SP para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

04/03/2026, São José dos Campos.

**ODILSON GOMES BRAZ JUNIOR**

**DIRETOR ADMINISTRATIVO**

**CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA**

## Assinantes



**ODILSON GOMES BRAZ JUNIOR**

Assinou em 04/03/2026 às 16:38:46 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF \*\*\*.949.418-\*\*

Eu, ODILSON GOMES BRAZ JUNIOR, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

---

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

7NM

GOO

G0W

ED3

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de **Reforma, Adequação e Ampliação da Sede do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba**, tendo como referência projetos e planilha em anexos.

1.2. Trata-se de serviço comum de engenharia, visto que “os serviços comuns de engenharia são aquelas corriqueiras, cujos métodos construtivos, equipamentos e materiais utilizados para a sua feitura sejam frequentemente empregados em determinada região e apta de ser bem executada pela maior parte do universo de potenciais licitantes disponíveis e que, por sua homogeneidade ou baixa complexidade, não possa ser classificada como obra especial.”

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Justifica-se a presente demanda considerando a necessidade de reforma e ampliação da sede do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, com o objetivo de proporcionar melhor infraestrutura para o adequado desempenho das atividades administrativas e técnicas.

O crescimento do número dos municípios consorciados, bem como a ampliação do quadro de servidores, resultou no aumento das demandas operacionais, tornando o espaço físico atualmente disponível — aproximadamente 200 m<sup>2</sup> — insuficiente para atender às necessidades do Consórcio.

Dessa forma, a ampliação da sede para uma área estimada de 400 m<sup>2</sup> mostra-se necessária e compatível com o porte atual da estrutura organizacional, possibilitando melhores condições de trabalho, maior eficiência na prestação dos serviços e adequado atendimento aos municípios consorciados.

**3.0. DAS ESPECIFICAÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

3.1. Os serviços serão executadas na Sede do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, situado na Rua Euclides Miragaia nº 433- sala 201/202/203/204, Centro – São José dos Campos- SP.

---

Rua Euclides Miragaia, 433 – sala 201 a 204  
Edifício Crystal Center – São José dos Campos – São Paulo  
CNPJ Nº 45.082.421\0001-47

3.2. Os serviços referentes à execução do objeto deverão ser executados de Segunda a Sexta feira, das 18h às 22h e das 08h às 22h aos finais de semana.

3.3. O serviço comum de engenharia está amplamente detalhada nos projetos de engenharia/arquitetura e os memoriais descritivos constantes no anexo I deste Termo de Referência.

3.4. A execução do serviço comum de engenharia deverá seguir o cronograma físico financeiro apresentado junto à proposta.

3.5. O não cumprimento do cronograma estará sujeito a penalidades junto à Contratada

3.6. A Contratada poderá solicitar repactuação do cronograma, no prazo mínimo de 15 dias, podendo ser acatada ou não pelo CPAAVP.

#### 4.0. DO PRAZO CONTRATUAL

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. O prazo de execução do objeto é de 2 (dois) meses contados da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. A diferença entre o prazo de serviço comum de engenharia e contrato deve-se aos trâmites dos órgãos envolvidos para autorização de início bem como eventuais atrasos na emissão da OS bem como para prestação de contas por parte da Contratante e da emissão do Termo de Recebimento por parte do Consórcio Público.

4.4. O Início da execução do objeto se dará em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da ordem de serviço.

4.5. Aplica-se ao contrato, ainda, o disposto no art. 111 da Lei nº 14.133/21.

#### 5.0. ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas do(s) futuro(s) contrato(s) correrão por conta de recursos oriundos de recursos

próprios, previstos nas seguintes dotações orçamentárias:

- Rubrica 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

## 6. DA HABILITAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

6.1.1. Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA/CAU, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de assinatura do contrato.

6.1.2. **Qualificação técnica operacional:** Comprovação de que a(s) empresa(s) licitante(s) já tenha(m) executado, em qualquer tempo, obras ou serviços comum de engenharia, através de certidões e/ou atestados, em nome da(s) própria(s) licitante(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente acompanhada da Certidão de Acervo Operacional emitido pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA (RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023), relativos a serviços de **Reforma, Adequação e Ampliação** que contemple o escopo de atividades do Anexo II.

6.1.3. **Qualificação Técnico Profissional** – Comprovação de que o licitante possui em seu corpo técnico ou prestador de serviços, profissional(is) de nível superior, engenheiro ou arquiteto, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor(es) de atestado(s) ou declaração(ões) de responsabilidade técnica devidamente(s) registrado(s) no CREA ou CAU da região onde a obra ou serviço comum de engenharia foi executada, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada - que não o próprio licitante (CNPJ diferente) - serviço(s) de características semelhantes ao do objeto do Edital.

6.1.4. Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas nos § 1º e 3º, do artigo 67 da Lei 14.133/2021.

6.1.5. Caso haja interesse em realizar visita ao local de execução do serviço comum de

## **CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA**

engenharia, acompanhado de representante do Consórcio Público, o licitante deverá formalizar a solicitação por meio de email: [licitacao@agenciaambientaldovale.sp.gov.br](mailto:licitacao@agenciaambientaldovale.sp.gov.br)

6.1.6. Para a visita, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização no horário agendado.

### **6.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

6.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;

6.2.2. Registro comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante;

6.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;

6.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **6.3. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**

6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

6.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

6.3.3. Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Estadual e Municipal, da sede ou do domicílio da licitante;

6.3.4. Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).



6.3.5. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a tributos federais e dívida ativa da União.

6.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

6.3.7. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentado o plano de recuperação judicial já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor. (Súmula nº 50 TCESP).

6.3.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.3.9 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

## **7. DA PROPOSTA**

7.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em formato digital (PDF), redigida em linguagem clara, devidamente assinada por representante legal da proponente e outra com textos em Word e planilhas em Excel. Ambas as vias deverão conter:

7.2. Carta de apresentação da Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, indicando, em algarismos e por extenso, de forma clara e visível, o valor total proposto para o serviço comum de engenharia.

7.3. Orçamento detalhado do serviço comum de engenharia, indicando as quantidades a executar, com respectivos preços unitários propostos, que deverão ser grafados em algarismos numéricos. Nos preços ofertados, deverão estar incluídos todos os insumos, impostos, taxas, encargos sociais, custos e remuneração da sociedade empresária.

7.4. Cronogramas físico e financeiro, em dias corridos e consecutivos, permitindo-se o prazo máximo de execução do serviço comum de engenharia previsto no cronograma.

7.5. Declaração de que o licitante se obriga a manter a proposta pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação. A proposta deverá indicar o número da conta corrente, do banco e da agência onde mantém movimentação financeira.

7.6. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

7.7. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

7.8. Todas as tarefas ou fornecimentos descritos neste Termo de Referência, não serão objeto de pagamento específico, devendo seus custos serem absorvidos pelos valores ofertados pela proponente.

## **8.0 . DA SUBCONTRATAÇÃO (Art 122, NLLC)**

8.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

8.1.1. É vedada a subcontratação completa ou de cinquenta por cento ou mais do objeto da contratação.

8.1.2. A subcontratação deverá ser solicitada pela Contratada à Contratante através de Ofício, e somente poderá ser executada após formalização de sua aprovação através de Termo Aditivo.

8.1.3. Fica a Contratada obrigada a fornecer as documentações de habilitação jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira da pretensa subcontratada para avaliação do Consórcio Público.

8.1.4. A subcontratação de uma parcela não isenta a Contratada da responsabilidade pela sua execução.

8.1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

## **9.0. DOS PRAZOS PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA**

9.1. A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para dar início à execução do serviço comum de engenharia, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço - OS, expedida pelo Consórcio Público Agência Ambiental, contendo o prazo para execução.

9.2. O descumprimento dos prazos para início e execução do serviço comum de engenharia, importará na responsabilidade da CONTRATADA por todos os danos causados ao Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba ou a terceiros, em razão do descumprimento das obrigações em questão.

## **10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

10.1. A gestão, fiscalização e o acompanhamento da execução contratual serão realizados por empregados da AGÊNCIA AMBIENTAL.

10.2. A fiscalização dos serviços pela AGÊNCIA AMBIENTAL não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA na execução das obrigações deste termo.

10.3. A existência e a atuação do gestor ou fiscal do contrato em nada restringe a responsabilidade a que se obriga a CONTRATADA por força do contrato firmado com a AGÊNCIA AMBIENTAL.

10.4. A comunicação entre as partes deverá ocorrer preferencialmente por meio dos e-mails indicados por seus representantes, sendo ônus das partes verificar diariamente as respectivas caixas de entrada e/ou de spam, dispensando-se outras formalidades para a comunicação e a comprovação de recebimento, inclusive para notificar sobre a necessidade de correção de defeitos, extinção contratual, aplicação de sanção ou qualquer outra medida pertinente ao contrato, sendo que os prazos anotados nas comunicações deverão ser contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao do envio do e-mail.

10.5. Compete à gestão do contrato:

---

Rua Euclides Miragaia, 433 – sala 201 a 204  
Edifício Crystal Center – São José dos Campos – São Paulo  
CNPJ Nº 45.082.421\0001-47

- a) Conhecer as obrigações contratuais relativas ao fornecimento do objeto;
- b) Emitir a Autorização de Fornecimento (AF);
- c) Acompanhar a implantação do contrato, mediante reunião conjunta com fiscais e CONTRATADA, visando à gestão global da implantação.
- d) Instruir para apreciação eventuais pedidos relativos à prorrogação, à alteração ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção do contrato, entre outros;
- e) Realizar o recebimento definitivo, após a verificação da conformidade do material com as especificações deste Termo de Referência;
- f) Avaliar a documentação comprobatória e, estando regular a matéria perante a legislação em vigor, encaminhar para exame e pagamento;
- g) Solicitar à CONTRATADA, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução contratual e anexar aos autos do processo a correspondente cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
- h) Oficiar a CONTRATADA e eventual seguradora em assuntos de sua competência;
- i) Propor o encaminhamento do processo para fins de aplicação de sanção administrativa em caso de descumprimentos contratuais;
- j) Verificar a regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- k) Manter registros formais das ocorrências positivas e negativas da execução do contrato.

#### 10.6. Compete à fiscalização do contrato:

- a) Conhecer as obrigações contratuais relativas ao fornecimento do objeto;
- b) Auxiliar a gestão do contrato na implantação do contrato;
- c) Auxiliar a gestão do contrato no recebimento de documentos e de materiais;
- d) Acompanhar os colaboradores da CONTRATADA e realizar o recebimento provisório após a conferência visual e quantitativa do objeto, consoante fase de fornecimento discriminada nesse Termo de Referência;
- e) Prestar demais atividades de apoio técnico e operacional, em assuntos de sua competência, à gestão do contrato;
- f) Propor aplicação de sanções administrativas.

### 11. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO.

11.1. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços comuns

de engenharia efetivamente executadas pela Contratada e aprovadas pela Fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto.

11.2. A medição será realizada pelo fiscal técnico em conjunto com o Engenheiro responsável da empresa mensalmente e deverá ser entregue ao fiscal administrativo até o 5º dia útil de cada mês.

11.3. O Documento de Medição deverá conter os seguintes documentos:

- Boletim de Medição;
- Memória de cálculo detalhada;
- Relatório Fotográfico;
- Diário de Obra.

11.4. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes aos Serviços Preliminares e Administração Local relativamente ao andamento físico do serviço comum de engenharia.

11.5. Somente poderão ser executados itens nas quantidades pactuadas na planilha orçamentária contratual vigente, sendo vedado o pagamento de quantidades superiores às pactuadas.

11.6. O aceite do serviço comum de engenharia por parte da Fiscalização não isenta o Contratado de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

## **12. DO PAGAMENTO**

12.1. Após a aferição do Boletim de Medição, o gestor do contrato enviará à Contratada a autorização para emissão de Nota Fiscal.

12.2. O pagamento será efetuado em 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento e ateste da Nota Fiscal enviada em formato digital isenta de erros e atestada pelos fiscais do Contrato.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

12.4. A empresa deverá fornecer toda documentação de comprovação fiscal a fim de garantir a manutenção das condições de habilitação do edital junto à cada Nota fiscal.

12.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

12.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.7. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

12.9. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão que as tenham aplicadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.10. Caso o pagamento da Nota Fiscal não seja efetuado no prazo previsto serão devidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com variação pro rata die ocorrida entre a data fixada para o pagamento e sua efetiva realização.

12.11. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

### **13. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA.**

13.1. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

13.2. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

13.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição da execução do serviço comum de engenharia até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

13.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição do serviço comum de engenharia até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

13.5. O serviço comum de engenharia será recebida definitivamente no prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado, somente se não restar nenhuma pendência a ser sanada pela empresa.

13.6. Os Atestados de Execução do serviço somente poderão ser solicitados pela empresa após emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

13.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da execução do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

13.8. O prazo de garantia contratual da execução do serviço deverá obedecer aos prazos previstos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e na Norma de Desempenho 15.575 (NBR 15575/2013), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua



inexecução total ou parcial.

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim

## **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

15.1. Executar, dentro da melhor técnica, o serviço em comento, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização do CPAAVP.

15.2. Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários no serviço sob sua responsabilidade, apontados ou não pela fiscalização do CPAAVP.

15.3. Permitir e facilitar à fiscalização do CPAAVP a inspeção dos serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas.

15.4. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão do serviço, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

15.5. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade do serviço que executar, respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não pelo CPAAVP.

15.6. Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro do serviço.

15.7. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação do serviço, bem como pelo registro do contrato do serviço junto ao CREA/SP ou CAU.

15.8. Ser responsável pelo acompanhamento e controle tecnológico do serviço, conforme previsto

nas especificações técnicas particulares do serviço, normas técnicas brasileiras, devendo ser emitidos relatórios fotográficos e técnicos mensais. Assinados pelo responsável técnico do serviço, contendo todos os ensaios e controles tecnológicos executados no período e exigidos nas especificações de projeto.

15.9. O responsável técnico da Contratada deverá, quando solicitado pela fiscalização, emitir mensalmente documento de qualidade dos serviços executados, respondendo pela Contratante, durante o período estipulado pela legislação vigente.

15.10. A destinação e transporte de material deverá ser ambientalmente adequado. Sendo de total responsabilidade do contratado e o mesmo deverá entregar documentações que comprove o referido ato.

15.11. Manter à frente dos trabalhos o responsável técnico designado para o serviço com total poder para representá-la junto à fiscalização do CPAAVP.

15.12. Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não esteja atendendo a contento a fiscalização do CPAAVP, que lançará a devida justificativa no diário de obra.

15.13. Responsabilizar-se, além dos serviços específicos do serviço, pelas ligações provisórias e definitivas de água, esgoto, instalações de luz e força, de modo que, ao ser dada por concluída, possa o serviço entrar em funcionamento imediatamente.

15.14. Acatar toda orientação advinda do CPAAVP com relação ao serviço.

15.15. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.16. Executar o serviço dentro dos prazos estabelecidos pelo cronograma físico financeiro.

15.17. A Contratada deverá seguir rigorosamente as regras estabelecida pela gestão do condomínio. Caso ocorra multa pelo condomínio referente a atos praticados em decorrência do serviço, essa deverá ser de total responsabilidade da Contratada.

## **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

16.1. Responsabilizar-se pela coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos de construção inerentes a este Contrato e, ainda, fornecer à Contratada os dados e elementos necessários à sua

execução.

16.2. Credenciar junto à licitante Contratada, o representante especialmente designado pelo responsável administrativo para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do serviço, além de atestar as faturas apresentadas.

16.3. Emitir Ordem de Serviço, autorizando o início dos trabalhos.

16.4. Fazer cumprir o prazo contratual e notificar a empresa em caso de descumprimento do cronograma.

16.5. Promover abertura de diligência, em qualquer fase de execução do serviço comum de engenharia, para sanar questões que porventura possam surgir e impedir o andamento normal do ajuste.

16.6. Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando o serviço não estiver sendo executado de forma satisfatória.

16.7. Avaliar as solicitações da Contratada quanto a repactuações contratuais no prazo máximo de 30 dias.

16.8. Verificar a situação de regularidade da Contratada durante a execução contratual;

## **17. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. Para fins de aplicação das sanções administrativas, serão consideradas infrações as seguintes condutas praticadas pela CONTRATADA:

- a) Descumprir quaisquer das obrigações previstas no Anexo X- Minuta do contrato com destaque àquelas constantes da Cláusula 7ª- Gestão e Fiscalização, ou a má qualidade dos trabalhos;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- c) Dar causa a inexecução do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) Dar causa à inexecução do contrato;
- e) Não manter a proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- g) Apresentar declaração falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- h) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste contrato as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3. A sanção de advertência será aplicada às infrações previstas nos itens “a” e “b” da Cláusula 17.1. quando não se justificar a imposição de penalidade mais gravosa.

17.4. A sanção de multa poderá ser aplicada pela prática de quaisquer das infrações previstas na Cláusula 17.2., observados os seguintes parâmetros:

- a) A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa diária por atraso verificado com relação a cada data-marco prevista no cronograma, até o prazo de adimplemento do item em atraso, situação em que o valor da multa será obtido através do cálculo a seguir:

$$M^1 = \left( 0,2 \times \frac{1}{Pd} \times Vc \right) \times n$$

- b) Pela prática das infrações previstas nas alíneas “a” e “b” do item 17.1. do Anexo X, a CONTRATADA estará sujeita à multa conforme cálculo a seguir, desde que a conduta não justifique sanção mais onerosa:

$$M^2 = Vc \times 0,05$$

- (i) A multa prevista neste item poderá ser majorada até o limite de 10% do Valor do contrato, por decisão motivada considerando as circunstâncias da ocorrência.

- c) Pela prática das infrações previstas nas alíneas “c, d, e, f” do item 17.1, a CONTRATADA estará sujeita à multa conforme cálculo a seguir:

$$M^3 = Vc \times 0,15$$

- (i) A multa prevista neste item poderá ser majorada até o limite de 20% do Valor do contrato, por decisão motivada considerando as circunstâncias da ocorrência.

- d) Pela prática das infrações previstas nas alíneas “g, h, i, j” do item 17.1, a CONTRATADA estará sujeita à multa conforme cálculo a seguir:

$$M^4 = Vc \times 0,30$$

- e) Pela prática de 3 (três) infrações punidas com advertência pelo mesmo motivo (reincidência), a CONTRATADA estará sujeita à multa conforme cálculo a seguir:

$$M^5 = Vc \times 0,05$$

- f) Sem prejuízo de multas eventualmente aplicadas, por dar causa à rescisão do presente termo, a CONTRATADA estará sujeita a multa conforme cálculo a seguir:

$$M^6 = Vc \times 0,10$$

17.5. Nas expressões constantes das alíneas “a” a “f”, define-se como:

$M^x$  = Valor da multa em moeda corrente nacional

$Pd$  = Prazo contratual em dias consecutivos e ininterruptos, contados da data de assinatura do contrato

$Vc$  = Valor atualizado do contrato no mês de aplicação da multa;

$n$  = número de dias de atraso.

17.6. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 17.2. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

17.7. O somatório das multas moratórias e compensatórias fica limitado a 30% do valor do contrato.

17.8. Quando eventual multa aplicada à CONTRATADA não cobrir os prejuízos causados à AGÊNCIA AMBIENTAL, poderá ser exigida indenização suplementar em montante suficiente à reparação integral dos danos ensejados pela conduta infracional.

17.9. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 17.2 será precedida de notificação à CONTRATADA, que poderá apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

## 18. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

Evento de Risco	Impacto	Responsabilidade	Ação Mitigadora/ Observação
Erros no projeto básico/executivo	Alto	Administração	A Administração deve garantir a precisão das medidas. Se houver erro crasso de projeto, cabe aditivo.
Vícios ocultos na estrutura atual	Médio	Administração	Como é uma reforma em prédio existente, problemas internos nas paredes/lajes não previstos no TR são risco do contratante.
Aumento de preços de insumos	Médio	Contratada	No preço global, a empresa assume a variação comum de mercado. Equilíbrio apenas em casos de força maior.
Atraso na liberação do local	Médio	Administração	O Consórcio deve garantir que a área esteja livre para a empresa trabalhar nos horários estipulados no TR.
Danos a terceiros ou ao prédio	Alto	Contratada	Qualquer dano ao Edifício Crystal Center ou salas vizinhas é de inteira responsabilidade da empresa.
Erros na estimativa de quantitativos	Baixo	Contratada	Por ser Preço Global, se a empresa calculou mal a quantidade de tinta ou cabo (estando o item no projeto), ela arca com a diferença.
Alterações solicitadas pelo Consórcio	Médio	Administração	Mudanças no layout ou padrão de acabamento após a assinatura geram direito a aditivo de valor.

Greves ou chuvas prolongadas	Baixo	Compartilhado	Dá direito à prorrogação de prazo (tempo), mas geralmente não a aporte financeiro extra.
------------------------------	-------	---------------	--

## **19. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DO PREGÃO**

19.1 Não poderão participar deste pregão os fornecedores:

- a) Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo (s);
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Que se enquadrem nas seguintes vedações:
  - c.1) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - c.2) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - c.3) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - c.4) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - c.5) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - c.6) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

## **20. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Rua Euclides Miragaia, 433 – sala 201 a 204  
Edifício Crystal Center – São José dos Campos – São Paulo  
CNPJ Nº 45.082.421\0001-47



20.1. O serviço comum de engenharia deverá ser rigorosamente executada de acordo com as especificações e Normas Técnicas pertinentes. Toda e qualquer modificação com relação ao que está previsto somente poderá ser feita com justificativa técnica da CONTRATADA e após aprovação da FISCALIZAÇÃO e formalização contratual.

## **21. DO FORO**

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de São José dos Campos/SP para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

## **22. ANEXOS**

Segue para ciência de todos os interessados da página 16 os seguintes anexos.

22.1. PONTOS DE ELÉTRICA LÓGICA;

22.2. QUADROS DE ELÉTRICA;

22.3. PLANTA DEMOLIR CONSTRUIR;

22.4. PLANTA AR CONDICIONADO;

22.5. PLANTA DE LAYOUT.

São José dos Campos, 04 de março de 2026.

Roberto Caetano da Silva Júnior - Assistente da Diretoria Administrativa  
CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA

## Assinantes



**ROBERTO CAETANO DA SILVA JUNIOR**

Assinou em 04/03/2026 às 15:30:12 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF \*\*\*,433.228-\*\*

Eu, ROBERTO CAETANO DA SILVA JUNIOR, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

---

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

**GND**

**Z88**

**VMX**

**JP7**

ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO E PREÇO

DESCRIÇÃO	CONSIDERAÇÕES	Unid.	QUANT. TOTAL	VALORES					VALOR TOTAL
				UNITÁRIO	MATERIAIS / EQUIPAMENTOS	SERVIÇO / MÃO DE OBRA	TOTAL MATERIAIS / EQUIPAMENTOS	TOTAL SERVIÇO / MÃO DE OBRA	
DOCUMENTAÇÕES DE OBRA E PROJETOS									
DOCUMENTOS LEGAIS									
DOCUMENTOS DE OBRA									
A.R.T. de obra	Execução, fiscalização e/ou gerenciamento	vb	1,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
DOCUMENTOS LEGAIS									
Documentos e formalizações para liberações de início de obra	Documentos legais para liberação de entrada em obra	vb	1,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
PROJETOS E ESTUDOS COMPLEMENTARES									
AS BUILT									
Execução de "As Built"	Livro final de obras	m2	350,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
CONDIÇÕES GERAIS									
LIMPEZA									
PERMANENTE E GROSSA DE OBRA									
Limpeza permanente de obra	1 Colaborador tempo parcial	diárias	23,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
FINAL E FINA PARA ENTREGA									
Limpeza final	Para entrega da obra - Equipe especializada	m2	377,29	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
SERVIÇOS CIVIS									
DEMOLIÇÕES E RETIRADAS - MO									
DEMOLIÇÃO CIVIL									
Demolição de parede Dry-wall	Remoção completa e descarte em bota-fora homologado e com documentação conforme legislação	m2	324,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00

Demolição de alvenaria	Remoção completa e descarte em bota-fora homologado e com documentação conforme legislação	m2	14,58	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
DEMOLIÇÃO INSTALAÇÕES									
Demolição de instalações hidráulicas	Remoção completa e descarte em bota-fora homologado e com documentação conforme legislação	vb	1,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
Demolição de instalações elétricas	Remoção completa e descarte em bota-fora homologado e com documentação conforme legislação	vb	1,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
DRY WALL (FECHAMENTOS VERTICAIS)									
PAREDES / FECHAMENTOS VERTICAIS - SIMPLES									
Execução de parede em dry wall com chapa ST (uma chapa de cada lado) e la de rocha e/ou vidro e/ou pet (32 kg/m³) - Standard	ST   S (PAREDE EM DRYWALL, CONTENDO UMA CHAPA DE GESSO ACARTONADO TIPO ST DE 12,5mm SOMENTE EM UM LADO, ESTRUTURA DE MONTATES SIMPLES DE 48mm DE ESPESSURA, CONSIDERANDO SEPTOS DE FORRO. FABRICANTE PLACO OU SIMILAR) ou equivalente técnico	m2	174,69	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
REFORÇOS, GUIAS E RECOMPOSIÇÕES									
Fornecimento e instalação de reforços em madeira	Chapa de madeira e/ou metálica (REFORÇO PARA PAREDE DE GESSO EM MADEIRA, PARA SISTEMA DRY-WALL, CHAPA FIXADA ENTRE OS 2 MONTANTES DO GESSO - COMPRIMENTO 40 cm x ALTURA 30 cm)	und	15,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
Recomposições e requadrações	Ajustes e adequações de encontros e quinas	m	40,50	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00



[illegible]

Aplicação de massa e pintura de paredes com tinta látex acrílica e/ou P.V.A.	A01 - PINTURA DE PAREDE EM TINTA ACRÍLICO - COR: BRANCO NEVE (RM181) - ACAB.: FOSCO ACETINADA - REF.: SUVINIL. COM EMASSAMENTO, PREPARACAO DA SUPERFICIE E TESTE IN LOCO ou equivalente técnico	m2	105,57	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
	A02 - PINTURA DE PAREDE EM TINTA ACRÍLICO - COR: CROMIO (B161) - ACAB.: FOSCO ACETINADA - REF.: SUVINIL. COM EMASSAMENTO, PREPARACAO DA SUPERFICIE E TESTE IN LOCO ou equivalente técnico	m2	326,43	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
ACABAMENTOS									R\$ -
DIVISÓRIAS INDUSTRIAL									R\$ -
DIVISÓRIAS VIDRO SIMPLES									R\$ -
Fornecimento e instalação de divisórias corporativas - Simples (Junta seca)	DIVISÓRIA INDUSTRIAL H=2,70m EM VIDRO SIMPLES TEMPERADO COM 10mm DE ESPESSURA, JUNTA SECA, ENCAIXILHADO, ESTRUTURA EM ALUMÍNIO ANODIZADO NATURAL. LINHA COM 50 a 80mm ou equivalente técnico	m2	41,31	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
PISO ELEVADO									R\$ -
SERVIÇOS COMPLEMENTARES									R\$ -
Fornecimento e Execução de piso elevado	sem longarinas, com dimensão de 600 x 600 x 40mm, suporta à carga de projeto de 440kg e, com resistência à carga mínimas finais de 1.200kg/m²; carga de segurança 1.500Kg/m²;	m2	7,40	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
PISO LAMINADO E CERÂMICO									R\$ -



ADEQUAÇÃO DE PISO EXISTENTE						R\$ 0,00
Reposição e recomposição de piso	fornecimento de materiais e mão de obra para adequação das áreas impactadas pela demolição de paredes, incluindo ajuste, nivelamento, assentamento, rejuntamento e acabamentos necessários. PISO LAMINADO EUCATEX EVIDENCE CARVALHO COIMBRA.	m²	10,00	0,000	0,000	R\$ 0,00
Reposição e recomposição de piso	fornecimento de materiais e mão de obra para adequação das áreas impactadas pela demolição de paredes, incluindo ajuste, nivelamento, assentamento, rejuntamento e acabamentos necessários. PISO CERÂMICO CIMENTO QUEIMADO.	m²	10,00	0,000	0,000	R\$ 0,00
INSTALAÇÕES						R\$ -
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						R\$ -
INFRAESTRUTURA COMUM - HORIZONTAL						R\$ -
Execução de infraestrutura seca para cabeamento elétrico	Eletroduto e/ou calha galvanizados leve e/ou P.V.C. rígido e/ou flexível (Incluso tubos, curvas, conexões, condutetes, suportes, fixações e etc.) e Caixa de Passagem CP-1515 em Alumínio (150x150x100mm) ou Embutir Tigre Cpt15 ou Embutir Pequena 199x190mm Amanco ou equivalente técnico	pto	74,00	0,000	0,000	R\$ 0,00
INFRAESTRUTURA COMUM - ILUMINAÇÃO						R\$ -

Execução de infraestrutura seca para cabeamento elétrico	Eletroduto e/ou calha galvanizados leve e/ou P.V.C. rígido e/ou flexível (Incluso tubos, curvas, conexões, condutiles, suportes, fixações e etc.) e Caixa Elettrica De Passagem Embutir Pequena 199x190mm Amanco ou equivalente técnico	pto	105,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
INFRAESTRUTURA - VERTICAL									
Execução de infraestrutura seca para cabeamento elétrico	Eletroduto e/ou calha galvanizados leve e/ou P.V.C. rígido e/ou flexível (Incluso tubos, curvas, conexões, condutiles, suportes, fixações e etc.) e caixa de passagem dimensão 50 x 50 x 12 cm - 06.0121 ou equivalente técnico	pto	2,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
CABEAMENTO (ALIMENTADORES HORIZONTAIS)									
Fornecimento e lançamento de cabos elétricos para execução de alimentação de pontos de iluminação / luminárias	Cabo de seção 1,50 mm2 em 2 vias (2F // F + N) e comprimento médio de 15,00 m (750 V atox e afumex)	m	3.150,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
Fornecimento e lançamento de cabos elétricos para execução de alimentação de pontos de energia comum	Cabo de seção 2,50 mm2 em 3 vias (2F + T // F + N + T) e comprimento médio de 15,00 m (750 V atox e afumex)	m	3.330,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
Fornecimento e lançamento de cabos elétricos para execução de alimentação de pontos de energia - T.U.E.	Cabo de seção 4,00 mm2 em 3 vias (2F + T // F + N + T) e comprimento médio de 15,00 m (750 V atox e afumex)	m	225,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00



Fornecimento e instalação de tomadas / ponto de conexão Uso Geral (T.U.G.) e/ou Uso Especifico (T.U.E.)	Módulo de conexão e acabamento para móveis e/ou paredes e/ou forros e/ou pisos com caixa 4x2 / 4x4, base, módulo, suportes e espelho de marcas Plal e/ou Fame e/ou Arial e/ou MarGirius até 20 A ou equivalente técnico	cj	74,00	0,000				0,000	0,000	R\$ 0,00
<b>TESTES E LIBERAÇÕES</b>										
Comissionamento , certificação e testes	Validações, liberações de uso e testes finais - Excluso emissão de relatório técnico por empresa comissionadora externa	pto	74,00	0,000				0,000	0,000	R\$ 0,00
<b>INSTALAÇÕES LÓGICAS / DADOS E VOZ</b>										
<b>INFRAESTRUTURA HORIZONTAL</b>										
Execução de infraestrutura seca para cabeamento estruturado e/ou fibra ótica	Eletroduto e/ou calha galvanizados leve e/ou P.V.C. rígido e/ou flexível (Incluso tubos, curvas, conexões, condutetes, suportes, fixações e etc.) e Caixa de Passagem CP-1515 em Alumínio (150x150x100mm) ou Embutir Tigre Cpt15 ou Embutir Pequena 199x190mm Amanco ou equivalente técnico	pto	58,00	0,000				0,000	0,000	R\$ 0,00
<b>INFRAESTRUTURA VERTICAL - BACKBONE</b>										
Execução de infraestrutura seca para cabeamento estruturado e/ou fibra ótica	Eletroduto e/ou calha galvanizados leve e/ou P.V.C. rígido e/ou flexível (Incluso tubos, curvas, conexões, condutetes, suportes, fixações e etc.) e caixa de passagem dimensão 50 x 50 x 12 cm - 06.0121 ou equivalente técnico	pto	2,00	0,000				0,000	0,000	R\$ 0,00
<b>CABEAMENTO ESTRUTURADO</b>										
Fornecimento de cabo estruturado	Cabo Furukawa (Sohoplus e/ou Gigalan), CAT 5e ou equivalente técnico	m	870,00	0,000				0,000	0,000	R\$ 0,00





ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 227/2026

CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA.

A/C Comissão de Licitação

A empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, estabelecida na Rua/Av.**XXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob n.º **XXXXXXXXXXXXXX**, propõe executar o objeto licitado, em estrito cumprimento Ao previsto no edital da licitação e seus anexos, pelos preços abaixo discriminados:

QUADRO DA PROPOSTA COMERCIAL

DESCRIÇÃO	CONSIDERAÇÕES	Unid.	QUANT. TOTAL	VALORES					VALOR TOTAL	
				UNITÁRIO	MATERIAIS / EQUIPAMENTOS	SERVIÇO / MÃO DE OBRA	TOTAL MATERIAIS / EQUIPAMENTOS	TOTAL SERVIÇO / MÃO DE OBRA		
DOCUMENTAÇÕES DE OBRA E PROJETOS										
DOCUMENTOS LEGAIS										
DOCUMENTOS DE OBRA										
A.R.T. de obra	Execução, fiscalização e/ou gerenciamento	vb	1,00	0,000			0,000		0,000	R\$ 0,00
DOCUMENTOS LEGAIS										
R\$ -										
R\$ -										
R\$ -										
R\$ 0,00										
R\$ -										



Documentos e formalizações para liberações de início de obra	Documentos legais para liberação de entrada em obra	vb	1,00	0,000				0,000		R\$ 0,00
PROJETOS E ESTUDOS COMPLEMENTARES										
AS BUILT										
Execução de "As Built"	Livro final de obras	m2	350,00	0,000				0,000		R\$ 0,00
CONDIÇÕES GERAIS										
LIMPEZA										
PERMANENTE E GROSSA DE OBRA										
Limpeza permanente de obra	1 Colaborador tempo parcial	diárias	23,00	0,000				0,000		R\$ 0,00
FINAL E FINA PARA ENTREGA										
Limpeza final	Para entrega da obra - Equipe especializada	m2	377,29	0,000				0,000		R\$ 0,00
SERVIÇOS CIVIS										
DEMOLIÇÕES E RETIRADAS - MO										
DEMOLIÇÃO CIVIL										
Demolição de parede Dry-wall	Remoção completa e descarte em bota-fora homologado e com documentação conforme legislação	m2	324,00	0,000				0,000		R\$ 0,00
Demolição de alvenaria	Remoção completa e descarte em bota-fora homologado e com documentação conforme legislação	m2	14,58	0,000				0,000		R\$ 0,00
DEMOLIÇÃO INSTALAÇÕES										
Demolição de instalações hidráulicas	Remoção completa e descarte em bota-fora homologado e com documentação conforme legislação	vb	1,00	0,000				0,000		R\$ 0,00



Rua Euclides Miragaia, 433 – sala 201 e 202  
Edifício Crystal Center – São José dos Campos – São Paulo  
CNPJ Nº 45.082.421/0001-47

CAIXILHOS EM MADEIRA						R\$	-
P80 - Fornecimento e instalação de porta em madeira	0,80 x 2,10 m - PORTA DE MADEIRA, UMA FOLHA DE GIRO COM GRELHA INFERIOR, GUARNIÇÃO, MARCO E BATENTES EM LAMINADO BP BRANCO, FERRAGENS INCLUSAS COM CONJUNTO DE FECHADURA E MAÇANETA DA LINHA ARCHITECT, MODELO CONJUNTO 6235 - REF.: LA FONTE ou equivalente técnico	und	4,00	0,000	0,000	R\$ 0,00	
P100 - Fornecimento e instalação de porta em madeira	1,00 x 2,10 m - PORTA DE MADEIRA, UMA FOLHA DE GIRO COM GRELHA INFERIOR, GUARNIÇÃO, MARCO E BATENTES EM LAMINADO BP BRANCO, FERRAGENS INCLUSAS COM CONJUNTO DE FECHADURA E MAÇANETA DA LINHA ARCHITECT, MODELO CONJUNTO 6235 - REF.: LA FONTE ou equivalente técnico	und	8,00	0,000	0,000	R\$ 0,00	
P125 - Fornecimento e instalação de porta em madeira	1,25 x 2,10 m - GUARNIÇÃO E BATENTE DE 7 CM, EM BP CARVALHO AVELÁ ou equivalente técnico	und	1,00	0,000	0,000	R\$ 0,00	
CAIXILHOS EM VIDRO						R\$	-

CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA

P100 - Fornecimento e instalação de porta em Vidro	1,00 x 2,50 m - PORTA DE GIRO PARA DIVISÓRIA MODULAR INDUSTRIAL, EM VIDRO DUPLO ENCAIXILHADO, CAIXILHO EM ALUMÍNIO ANODIZADO PRETO, ESPESSURA 38mm. ESTRUTURA E FERRAGENS EM ALUMÍNIO ANODIZADO PRETO. CONJUNTO DE MAÇANETA (REF. 6235) EM ACABAMENTO ESCOVADO, FECHADURA EM LINGUETA RETA, REF. LA FONTE. FECHAMENTO COM CHAVE, SEM MOLA, com BATEDOR DE PORTA EM AÇO INOX E GUILHOTINA ou equivalente técnico	und	8,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
P125 - Fornecimento e instalação de porta em Vidro	1,20 x 2,50 m - PORTA DE GIRO PARA DIVISÓRIA MODULAR INDUSTRIAL, EM VIDRO DUPLO ENCAIXILHADO, CAIXILHO EM ALUMÍNIO ANODIZADO PRETO, ESPESSURA 38mm. ESTRUTURA E FERRAGENS EM ALUMÍNIO ANODIZADO PRETO. CONJUNTO DE MAÇANETA (REF. 6235) EM ACABAMENTO ESCOVADO, FECHADURA EM LINGUETA RETA, REF. LA FONTE. FECHAMENTO COM CHAVE, SEM MOLA, com BATEDOR DE PORTA EM AÇO INOX E GUILHOTINA ou equivalente técnico	und	1,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00

PINTURA							R\$	-
PAREDES INTERNAS							R\$	-
Aplicação de massa e pintura de paredes com tinta látex acrílica e/ou P.V.A.	<b>A01</b> - PINTURA DE PAREDE EM TINTA ACRÍLICO - COR: BRANCO NEVE (RM181) - ACAB.: FOSCO ACETINADA - REF.: SUVINIL, COM EMASSAMENTO, PREPARACAO DA SUPERFICIE E TESTE IN LOCO ou equivalente técnico	m2	105,57	0,000	0,000	0,000	R\$ 0,00	
	<b>A02</b> - PINTURA DE PAREDE EM TINTA ACRÍLICO - COR: CROMIO (B161) - ACAB.: FOSCO ACETINADA - REF.: SUVINIL, COM EMASSAMENTO, PREPARACAO DA SUPERFICIE E TESTE IN LOCO ou equivalente técnico	m2	326,43	0,000	0,000	0,000	R\$ 0,00	
ACABAMENTOS							R\$	-
DIVISÓRIAS INDUSTRIAL							R\$	-
Fornecimento e instalação de divisórias corporativas - Simples (Junta seca)	<b>DIVISÓRIA INDUSTRIAL</b> H=2,70m EM VIDRO SIMPLES TEMPERADO COM 10mm DE ESPESSURA, JUNTA SECA, ENCAIXILHADO, ESTRUTURA EM ALUMÍNIO ANODIZADO NATURAL. LINHA COM 50 a 80mm ou equivalente técnico	m2	41,31	0,000	0,000	0,000	R\$ 0,00	
	<b>PISO ELEVADO</b>						R\$	-
SERVIÇOS COMPLEMENTARES							R\$	-

Fornecimento e Execução de piso elevado	sem longarinas, com dimensão de 600 x 600 x 40mm, suporta à carga de projeto de 440kg e, com resistência à carga mínimas finais de 1.200kg/m²; carga de segurança 1.500Kg/m²;	m2	7,40	0,000				0,000	R\$ 0,00
<b>PISO LAMINADO E CERÂMICO</b>									
<b>ADEQUAÇÃO DE PISO EXISTENTE</b>									
Reposição e recomposição de piso	fornecimento de materiais e mão de obra para adequação das áreas impactadas pela demolição de paredes, incluindo ajuste, nivelamento, assentamento, rejuntamento e acabamentos necessários. PISO LAMINADO EUCATEX EVIDENCE CARVALHO COIMBRA.	m²	10,00	0,000				0,000	R\$ 0,00
Reposição e recomposição de piso	fornecimento de materiais e mão de obra para adequação das áreas impactadas pela demolição de paredes, incluindo ajuste, nivelamento, assentamento, rejuntamento e acabamentos necessários. PISO CERÂMICO CIMENTO QUEIMADO.	m²	10,00	0,000				0,000	R\$ 0,00
<b>INSTALAÇÕES</b>									
<b>INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>									
<b>INFRAESTRUTURA COMUM - HORIZONTAL</b>									
									R\$ -
									R\$ -
									R\$ -

Execução de infraestrutura seca para cabeamento elétrico	Eletroduto e/ou calha galvanizados leve e/ou P.V./C. rígido e/ou flexível (Incluso tubos, curvas, conexões, condutores, suportes, fixações e etc.) e Caixa de Passagem CP-1515 em Alumínio (150x150x100mm) ou Embutir Tigre Cpt15 ou Embutir Pequena 199x190mm Amanco ou equivalente técnico	pto	74,00	0,000				0,000	0,000	R\$ 0,00
<b>INFRAESTRUTURA COMUM - ILUMINAÇÃO</b>										
Execução de infraestrutura seca para cabeamento elétrico	Eletroduto e/ou calha galvanizados leve e/ou P.V./C. rígido e/ou flexível (Incluso tubos, curvas, conexões, condutores, suportes, fixações e etc.) e Caixa Elétrica De Passagem Embutir Pequena 199x190mm Amanco ou equivalente técnico	pto	105,00	0,000				0,000	0,000	R\$ 0,00
<b>INFRAESTRUTURA - VERTICAL</b>										
Execução de infraestrutura seca para cabeamento elétrico	Eletroduto e/ou calha galvanizados leve e/ou P.V./C. rígido e/ou flexível (Incluso tubos, curvas, conexões, condutores, suportes, fixações e etc.) e caixa de passagem dimensão 50 x 50 x 12 cm - 06.0121 ou equivalente técnico	pto	2,00	0,000				0,000	0,000	R\$ 0,00
<b>CABEAMENTO (ALIMENTADORES HORIZONTAIS)</b>										
										R\$ -

Fornecimento e lançamento de cabos elétricos para execução de alimentação de pontos de iluminação / luminárias	Cabo de seção 1,50 mm <sup>2</sup> em 2 vias (2F // F + N) e comprimento médio de 15,00 m (750 V atox e afumex)	m	3.150,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
Fornecimento e lançamento de cabos elétricos para execução de alimentação de pontos de energia comum	Cabo de seção 2,50 mm <sup>2</sup> em 3 vias (2F + T // F + N + T) e comprimento médio de 15,00 m (750 V atox e afumex)	m	3.330,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
Fornecimento e lançamento de cabos elétricos para execução de alimentação de pontos de energia - T.U.E.	Cabo de seção 4,00 mm <sup>2</sup> em 3 vias (2F + T // F + N + T) e comprimento médio de 15,00 m (750 V atox e afumex)	m	225,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
Fornecimento e lançamento de cabos elétricos para execução de alimentação de pontos de energia - T.U.E.	Cabo de seção 6,00 mm <sup>2</sup> em 3 vias (2F + T // F + N + T) e comprimento médio de 15,00 m (750 V atox e afumex)	m	675,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
Fornecimento e lançamento de cabos elétricos para execução de alimentação de quadros (Do quadro principal / primário até quadros secundários)	Cabo de seção 50,00 mm em 5 vias (3F + N + T) e comprimento médio de 7,50 m (750 V atox e afumex) - Comprimento médio 30 m - 50,00 mm <sup>2</sup> - 750 V / 0,6 Kv,	m	60,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00



QUADROS E PAINÉIS					R\$	-
Adequação de Quadro Q.D.F.L. / Q.D.C. - Quadro de Distribuição de Força e Luz / Quadro de Distribuição de Circuitos (Quadro, barramentos, disjuntores, conexões e balanceamento)	Quadros existentes com adequações (Considerados quadro comum) - Excluído quadro totalmente testados (T.T.A. - Type-Tested Assemblies) ou parcialmente testados (P.T.T.A. Partially Type-Tested Assemblies)	und	1,00	0,000	0,000	R\$ 0,00
Fornecimento e instalação de Quadro Q.A.C. - Quadro do Ar Condicionado (Quadro, barramentos, disjuntores, conexões e balanceamento)	Quadro comum - Excluído quadro totalmente testados (T.T.A. - Type-Tested Assemblies) ou parcialmente testados (P.T.T.A. Partially Type-Tested Assemblies)	und	1,00	0,000	0,000	R\$ 0,00
ACABAMENTOS					R\$	-
Fornecimento e instalação de tomadas / ponto de conexão Uso Geral (T.U.G.) e/ou Uso Específico (T.U.E.)	Módulo de conexão e acabamento para móveis e/ou paredes e/ou forros e/ou pisos com caixa 4x2 / 4x4, base, módulo, suportes e espelho de marcas Pial e/ou Fame e/ou Atrial e/ou MarGirius até 20 A ou equivalente técnico	cj	74,00	0,000	0,000	R\$ 0,00
TESTES E LIBERAÇÕES					R\$	-
Comissionamento, certificação e testes	Validações, liberações de uso e testes finais - Excluído emissão de relatório técnico por empresa comissionadora externa	pto	74,00	0,000	0,000	R\$ 0,00

INSTALAÇÕES LÓGICAS / DADOS E VOZ							R\$	-
INFRAESTRUTURA HORIZONTAL							R\$	-
Execução de infraestrutura seca para cabeamento estruturado e/ou fibra ótica	Eletroduto e/ou calha galvanizados leve e/ou P.V.C. rígido e/ou flexível (Incluso tubos, curvas, conexões, condutetes, suportes, fixações e etc.) e Caixa de Passagem CP-1515 em Alumínio (150x150x100mm) ou Embutir Tigre Cpt15 ou Embutir Pequena 199x190mm Amanco ou equivalente técnico	pto	58,00	0,000	0,000	0,000	R\$ 0,00	
INFRAESTRUTURA VERTICAL - BACKBONE							R\$	-
Execução de infraestrutura seca para cabeamento estruturado e/ou fibra ótica	Eletroduto e/ou calha galvanizados leve e/ou P.V.C. rígido e/ou flexível (Incluso tubos, curvas, conexões, condutetes, suportes, fixações e etc.) e caixa de passagem dimensão 50 x 50 x 12 cm - 06.0121 ou equivalente técnico	pto	2,00	0,000	0,000	0,000	R\$ 0,00	
CABEAMENTO ESTRUTURADO							R\$	-
Fornecimento de cabo estruturado	Cabo Furukawa (Sohoplus e/ou Gigalan), CAT 5e ou equivalente técnico	m	870,00	0,000	0,000	0,000	R\$ 0,00	
Lançamento de cabo estruturado	Incluso fornecimento de RJ 45 e/ou equivalente técnico para pontos de rede e execução de crimpagem de pontos	m	870,00	0,000	0,000	0,000	R\$ 0,00	
EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS							R\$	-
Fornecimento e instalação de patch cord	2,50 m - Cabo UTP Furukawa (Sohoplus e/ou Gigalan), CAT 5e ou equivalente técnico	und	116,00	0,000	0,000	0,000	R\$ 0,00	

Fornecimento e instalação de patch panel	24 portas carregado Furukawa (Sohoplus e/ou Gigalan), CAT 5e ou equivalente técnico	und	3,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
Fornecimento e instalação de regua (PDU)	Rack APC Ap9570 Pdu Basic 1u 30a 208V (4) C19S ou equivalente técnico	und	1,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
Fornecimento e instalação de antena Wi-Fi	Access Point Ubiquiti UniFi WiFi 6 Dual-Band U6 Plus U6+ ou equivalente técnico	und	5,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
<b>ATIVOS</b>									
Fornecimento e instalação de rack	Rack Piso 44u 1075mm 19 Polegadas Preto RackFort ou equivalente técnico	und	1,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
<b>ACABAMENTOS</b>									
Fornecimento e instalação de tomadas / ponto de conexão / "jacks" de conectividades / Outlets de mobiliários e/ou pisos e/ou paredes e/ou forros	Módulo de conexão lógico e acabamento para móveis e/ou paredes e/ou forros e/ou pisos com caixa 4x2 / 4x4, base, módulo, suportes e espelho de marcas Plal e/ou Fame e/ou Arial e/ou Margirius equivalente técnico	und	58,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
<b>TESTES E LIBERAÇÕES</b>									
Comissionamento, certificação e testes	Validações, liberações de uso e testes finais - Excluído emissão de relatório técnico por empresa comissionadora externa	pto	58,00	0,000			0,000	0,000	R\$ 0,00
<b>AR CONDICIONADO, EXAUSTÃO, VENTILAÇÃO, INSUFLAMENTO E TROCAS DE AR</b>									
<b>REDE FRIGORÍGENA</b>									
									R\$ -
									R\$ -



Rua Euclides Miragaia, 433 – sala 201 e 202  
Edifício Crystal Center – São José dos Campos – São Paulo  
CNPJ Nº 45.082.421/0001-47

VALOR FINAL	R\$ 0,00
-------------	----------

O VALOR GLOBAL da presente proposta, é de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx , (reais).

O prazo de validade da proposta: é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

Nos preços acima estão incluídas todas as incidências fiscais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos, que correrão por conta e responsabilidade desta Proponente, estando também abrangidas as despesas de transporte, hospedagem, alimentação, necessários à implantação e operacionalização do objeto desta Proposta.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

RG:

CPF:

CARGO:

CARIMBO CNPJ

**ANEXO IV – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001-2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 227/2026**

(empresa)\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº.\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.  
.....e do CPF nº. ...., **declara** em atendimento ao disposto no  
Pregão Eletrônico n.º XXXXX-2026 que esta ciente de que a medição e pagamento do  
Contrato Administrativo seguirá o Cronograma Físico-Financeiro a seguir:

Etapas da Obra	Mês 1	Mês 2	Total
1. Mobilização e Demolições	50%	50%	100%
2. Infraestrutura Elétrica e Lógica	50%	50%	100%
3. Climatização (Ar Condicionado)	50%	50%	100%
4. Drywall e Divisórias de Vidro	50%	50%	100%
5. Pisos, Marcenaria e Layout	20%	80%	100%
6. Pintura, Limpeza e As Built	50%	50%	100%
Pagamento mensal	40%	60%	100%

O pagamento mensal mencionado será realizado 15 dias após recebimento e ateste do Fiscal do Contrato.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)

**ANEXO V**  
**TERMO DE CIÊNCIA DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E**  
**TRABALHISTA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 90001/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO 227/2026**

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO

**CONTRATANTE:** CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA  
**CONTRATADO:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em execução de Reforma, Adequação e Ampliação da Sede do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba.

A CONTRATADA está ciente de que deve prestar documentos referentes à:

- a. inscrição no CPF ou no CNPJ;
- b. inscrição no cadastro de contribuintes estadual, municipal ou distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. Essa exigência será definida em cada procedimento licitatório, diante da especificidade do objeto; assim, por exemplo, se o objeto do certame se referir a compra de bens, deve ser exigida do licitante inscrição no cadastro de contribuinte estadual (pois o ICMS, imposto relativo à circulação de mercadorias, é tributo estadual); se for o caso de prestação de serviços, será exigida do licitante a inscrição municipal (pois o imposto sobre serviços, ISS, é tributo municipal);
- c. regularidade perante a Fazenda federal, mediante apresentação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive os relativos à Seguridade Social, emitida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- d. prova de regularidade perante a Fazenda estadual, municipal ou distrital do domicílio ou sede do licitante;

- e. prova de regularidade com o FGTS;
- f. declaração de que o licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. O sistema de Compras do Governo Federal exige que o licitante assine um termo de aceitação, declarando que cumpre as exigências estabelecidas. Isso é uma condição para o cadastramento da proposta inicial;
- g. regularidade perante a Justiça do Trabalho. Poderá ser comprovada por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou, no caso de existirem débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, poderá ser emitida a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que terá os mesmos efeitos da CNDT;
- h. declaração de que o licitante não emprega menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos; e que empregados menores de 18 anos de idade não realizam trabalho noturno, perigoso ou insalubre (em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF/1988).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

RESPONSÁVEL DA EMPRESA:

-

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:



**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES  
E GRAU DE DIFICULDADE DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001-2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 227/2026.**

\_\_\_\_\_(empresa)\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº.  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.  
.....e do CPF nº. ...., **declara** em atendimento ao disposto no  
Pregão Eletrônico n.º 90001-2026 que é detentora de todas as informações relativas à  
execução dos trabalhos objeto da citada licitação e que não alegará posteriormente o  
desconhecimento de fatos evidentes à época da licitação para solicitar qualquer  
alteração do valor do contrato que vier a celebrar, caso a empresa seja a vencedora do  
certame.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS A DISPOSIÇÃO DO TCESP**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001-2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 227/2026**

**CONTRATANTE:** CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA

**CNPJ Nº:** 45.082.421/0001-47

**CONTRATADA:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**CNPJ Nº:**

**CONTRATO Nº:** XXX/2026

**DATA DA ASSINATURA:**

**VIGÊNCIA:**

**OBJETO:** Contratação de empresa de empresa especializada em execução de Obra, Reforma, Adequação e Ampliação da Sede do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba.

**VALOR (R\$):** 263.288,73

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas; e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

**LOCAL e DATA:**

**RESPONSÁVEL:** (nome, cargo, e-mail e assinatura)

---

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 227/2026.**

A empresa \_\_\_\_\_,  
CNPJ: \_\_\_\_\_, Endereço: \_\_\_\_\_

Declara, para os devidos fins que às \_\_\_\_, do dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_,  
por meio do nosso representante oficial \_\_\_\_\_  
(nome e cargo de quem fez a visita técnica), CPF nº \_\_\_\_\_,  
realizamos uma visita técnica na Rua Euclides Miragaia, 433 - sala 201 e 202 - Centro  
-São José dos Campos, objeto: Contratação de empresa especializada em execução  
de Obra, Reforma, Adequação e Ampliação da Sede do Consórcio Público Agência  
Ambiental do Vale do Paraíba , Pregão Eletrônico nº 90001/2026 e que tivemos  
acesso às informações necessárias para participação no Pregão Eletrônico.

---

Nome e assinatura do representante oficial

**ANEXO IX – DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO****PREGÃO ELETRÔNICO nº 90001/2026**

As informações constantes abaixo deverão ser atualizadas, pois serão consideradas para a **elaboração do CONTRATO e Autorização de Fornecimento (AF)**. Tais dados deverão estar de acordo com os que integrarão à respectiva Nota Fiscal, para fins de faturamento. Seu teor é de exclusiva responsabilidade da empresa licitante.

**RAZÃO SOCIAL DO****LICITANTE:**.....**CNPJ:** ..... **INSC. ESTADUAL**..... **INSC.**  
**MUNICIPAL:**.....**TELEFONE:** (....) ..... **FAX:** (....)**ENDEREÇO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado):**.....  
.....  
.....**SÓCIO(S) REPRESENTANTE(S) DA EMPRESA – ADMINISTRAÇÃO:****1 - NOME COMPLETO:**.....  
**RG** (com órgão e estado emissor): .....**CPF:**.....**DATA DE NASCIMENTO:** ...../...../.....**E-MAIL PARTICULAR:****E-MAIL PESSOAL INSTITUCIONAL:****2 - NOME COMPLETO:**.....  
**RG** (com órgão e estado emissor) : ..... **CPF:**.....  
**DATA DE NASCIMENTO:** ...../...../.....**E-MAIL PARTICULAR:****E-MAIL PESSOAL INSTITUCIONAL:****QUEM ASSINARÁ O CONTRATO:**

(Caso não tenha sido comprovado no processo licitatório poderes para assinatura do respectivo CONTRATO, será necessário a apresentação de procuração com poderes específicos para assinar CONTRATOS).

**NOME COMPLETO:**

**ESTADO CIVIL:**..... **NACIONALIDADE:****CARGO QUE OCUPA NA EMPRESA:****RG** (com órgão e estado emissor):..... **CPF:****DATA DE NASCIMENTO:** ...../...../.....**E-MAIL PARTICULAR:****E-MAIL PESSOAL INSTITUCIONAL:****ENDEREÇO / DOMICÍLIO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado):**

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

**ANEXO X  
MINUTA - CONTRATO ADMINISTRATIVO**

TABELA RESUMO – CONTRATO DE OBRAS E/OU SERVIÇOS	
PROCESSO ADMINISTRATIVO	227/2026
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE	CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA
CONTRATADA	Razão social da contratada
OBJETO	Reforma, Adequação e Ampliação da Sede do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba
PRAZO	180 dias
VALOR	R\$xxxxxxxx,xx (valor por extenso)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

De um lado o Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, inscrito no CNPJ sob o nº 45.082.421/0001-47, com sede à R. Euclides Miragaia, nº 433 Sala 201, Centro – São José dos Campos/SP, CEP 12245-902, daqui em diante denominado **AGÊNCIA AMBIENTAL** ou **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Senhor Secretário Executivo, por força da delegação de competência derivada da portaria 001 de 02 de fevereiro de 2022, **CLAUDIO SCALLI**, brasileiro, casado, portador do RG nº 12.985.498-0 SSP-SP, inscrito no CPF 060.912.338-66 e/ou pelo senhor Diretor Administrativo **ODILSON GOMES BRAZ JUNIOR**, brasileiro, casado, portador do RG nº 22.512.039-2 e inscrito no CPF/MF sob nº 246.949,418-44, por força da delegação de competência derivada da portaria 127 de 03 de fevereiro de 2025;

E de outro lado, **CONTRATADA (RAZÃO SOCIAL)**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede à **Endereço completo do fornecedor**, neste ato representada por **nome do representante da empresa**, portador do RG nº **xx.xxx.xxx-x** inscrito no CPF/MF sob o nº **xxx.xxx.xxx-xx**, doravante denominada **CONTRATADA**.

Ajustam o presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA 1ª – PREMISSAS CONTRATUAIS**

- 1.1. As partes declaram que não são hipossuficientes, que receberam e avaliaram todas as informações para a celebração do contrato de modo que ele representa acordo de vontade livre e consciente, bem como declaram ciência da vinculação deste instrumento ao Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Edital da Licitação, Proposta da CONTRATADA e demais anexos deste contrato.
- 1.2. A CONTRATADA declara que é experiente e formulou proposta ciente de todas as condições técnicas, logísticas, regulatórias e de mercado para a execução do objeto, tendo avaliado criticamente as condições técnicas, logísticas, regulatórias e de mercado para a execução do objeto, tendo avaliado criticamente as exigências, condicionantes, quantidades de insumos e materiais a serem empregados por si para cumprir o objeto, eventuais estudos e qualquer sorte de elemento técnico que tenha sido apresentado pela AGÊNCIA AMBIENTAL, com conhecimento sobre todas as especificidades dos serviços;
- 1.3. As partes declaram que cumprem as obrigações legais a si impostas, especialmente às próprias de suas atividades empresariais, dentre as quais as relacionadas ao meio ambiente, relações de trabalho, regulatórias, de proteção de dados, tributárias, previdenciárias, perante conselhos profissionais, sendo que o Contrato não transfere qualquer sorte de obrigação legal ou responsabilidade perante terceiros de uma parte para a outra.
- 1.4. A tolerância sobre o descumprimento das obrigações contratadas e daquelas mencionadas na cláusula 1.3. supra constitui mera liberalidade e não importa *supressio*, novação ou alteração das condições contratadas, sendo que a fiscalização da AGÊNCIA AMBIENTAL não atenua a responsabilidade da CONTRATADA pela execução do objeto tal qual contratado, tampouco por perdas e danos causados à AGÊNCIA AMBIENTAL e a terceiros;
- 1.5. A CONTRATADA deverá informar à AGÊNCIA AMBIENTAL imediatamente sobre todos os fatos e atos jurídicos, inclusive se praticados ou produzidos por terceiros e os qualificados como caso fortuito ou força maior, que possam afetar ou onerar a execução do presente contrato, ainda que pendentes o dimensionamento e a

quantificação dos efeitos deles, apondo as ressalvas que se entender como necessárias, sob pena de preclusão temporal de eventuais direitos que lhes assistam ou que venham a ser reclamados por si em decorrência de tais fatos ou atos jurídicos, notadamente sobre qualquer pretensão de flexibilização ou extinção das obrigações contratadas, de prorrogação de prazo e de majoração de valores contratados. O descumprimento do dever de informação caracteriza quebra do dever de lealdade e da boa-fé objetiva.

- 1.6. O dever de informação é imediato, tão logo a CONTRATADA tenha conhecimento dos fatos ou atos jurídicos referidos na cláusula 1.5. supra, adotando-se como referencial, para casos dúbios ou imprecisos, o prazo de até 5 (cinco) dias a contar do conhecimento dos referidos fatos ou atos jurídicos, sendo que, em qualquer hipótese, deverão ser informados antes do pagamento de qualquer parcela pendente por parte da AGÊNCIA AMBIENTAL ou da celebração de termo aditivo, ainda que o objeto dele não guarde pertinência com os fatos ou atos jurídicos que tenham precedido à sua assinatura, sob pena de preclusão de eventual direito que a parte possa deduzir em razão de tais fatos ou atos jurídicos.
- 1.7. A comunicação entre as partes deverá ocorrer preferencialmente por meio dos e-mails indicados por seus representantes, sendo ônus das partes verificar diariamente as respectivas caixas de entrada e/ou de *spam*, dispensando-se outras formalidades para a comunicação e a comprovação de recebimento, inclusive para notificar sobre a necessidade de correção de defeitos, extinção contratual, aplicação de sanção ou qualquer outra medida pertinente ao contrato, sendo que os prazos anotados nas comunicações deverão ser contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao do envio do e-mail.
- 1.8. As partes obrigam-se a manter atualizadas, corretas e válidas as informações de contato fornecidas neste contrato, incluindo endereços físicos, eletrônicos e números de telefone. Caso qualquer das partes deixe de comunicar, por escrito, a alteração de seus dados de contato, considerar-se-á plenamente eficaz e válida a comunicação realizada nos endereços e meios anteriormente informados, reputando-se a parte destinatária ciente do conteúdo encaminhado.
- 1.9. Este contrato regula-se pelas suas cláusulas, pela Lei nº 14.133/21 de 1º de abril de 2021 e suas atualizações e pelos preceitos do direito público.



## CLÁUSULA 2ª – OBJETO

- 2.1. Constitui o objeto do presente termo de **contrato a Execução de reforma, Adequação e Ampliação da Sede do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba**, de acordo com o projeto, edital nº 01/2026, termo de referência, regulamentação de preços (quando aplicáveis), proposta da contratada e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 227/2026, de pleno conhecimento das partes.
- 2.2. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requerida.
- 2.3. O regime de execução deste contrato é de regime de execução.

## CLÁUSULA 3ª - PRAZO

- 3.1. O prazo de vigência contratual é de **(180 dias)** dias consecutivos e ininterruptos, contados da data de celebração deste Termo e considerando apto a produzir seus efeitos até que seja adimplido o objeto contratado.
  - a) O prazo constante do item anterior poderá ser renovado por igual e sucessivo período, respeitados os limites legais.
- 3.2. Considera-se como a data de celebração deste Termo a data da última assinatura dos representantes das partes.
- 3.3. A execução das obras e/ou serviços objeto deste contrato deverá se iniciar no 1º dia útil subsequente ao da assinatura do contrato.

## CLÁUSULA 4ª - PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. O valor do presente contrato é R\$ **xx.xxx,xx (valor por extenso)**, na data de referência **xx/xx/xx (data do orçamento)**.

- 4.2. A CONTRATADA obriga-se a executar as obras/serviços objeto deste contrato pelos preços à vista constantes da planilha de orçamento nos quais estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas e demais despesas de qualquer natureza.
- 4.3. As despesas objeto da presente contratação serão atendidas com os recursos orçamentários consignados no orçamento vigente, sob a seguinte classificação:

<b>Órgão</b>	01 – Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba
<b>Unidade</b>	Diretoria Administrativa
<b>Funcional</b>	Funcional
<b>Fonte de Recurso</b>	Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba
<b>Dotação</b>	3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

#### **CLÁUSULA 5ª - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

- 5.1. O valor do presente contrato poderá ser reajustado em periodicidade anual pelo IPCA (IBGE) ou outro que o venha a substituir, desde que:
- a) Esteja o presente contrato vigente por período superior a 1 (um) ano da data de referência dos preços **data da assinatura do contrato** por motivos alheios à vontade da CONTRATADA.
  - b) A CONTRATADA solicite expressamente o referido reajuste com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação ao término de cada período anual de vigência;
- 5.2. A ausência de solicitação dentro do prazo estipulado implicará na manutenção do valor vigente até o próximo período de reajuste.
- 5.3. Da aplicação do índice de reajuste serão obtidos os preços reajustados e a nova data de referência dos preços, sendo estes valores utilizados para o próximo período de 1 (um) ano, quando poderá ocorrer novo reajuste, observada a legislação específica vigente e as condicionantes descritas nas alíneas “a” e “b” do item 5.1.

#### **CLÁUSULA 6ª – MEDIÇÕES E PAGAMENTOS**

- 6.1. As medições, para efeito de pagamento, serão procedidas independentemente de solicitação da CONTRATADA e realizar-se-ão:
- a) A primeira medição, com período estabelecido formalmente pela AGÊNCIA AMBIENTAL, iniciando-se no primeiro dia da execução do objeto e encerrando-se entre o último dia do mesmo mês e o último dia do mês subsequente ao do início das obras e/ou serviços.
  - b) As medições subsequentes serão realizadas a cada período de 1 (um) mês, contado da data de término do período abrangido pela medição anterior e a final será elaborada no prazo de até 60 (sessenta) dias após a data término do prazo contratual.
- 6.2. Todos os documentos fiscais da CONTRATADA, no âmbito do presente contrato, deverão constar expressamente as seguintes informações: objeto e número do contrato bem como o período de execução das obras e/ou serviços.
- 6.3. O pagamento dos serviços fornecidos será efetuado pela AGÊNCIA AMBIENTAL mensalmente, em moeda corrente, mediante depósito bancário, conforme o valor apresentado na fatura e certificado pelo setor competente, limitando-se o desembolso máximo em conformidade com a disponibilidade orçamentária, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento do serviço atestado pela autoridade competente no documento fiscal (15 DDL).
- 6.4. Os pagamentos serão realizados exclusivamente mediante depósito/transferência para conta bancária de titularidade da CONTRATADA **Razão social**, CNPJ **xx.xxx.xxx/xx**.
- 6.5. Todos os pagamentos decorrentes do presente contrato deverão ser realizados exclusivamente na conta bancária de titularidade do CNPJ da CONTRATADA, conforme indicado neste instrumento. Caso o depósito seja efetuado em conta de titularidade de pessoa jurídica diversa daquela constante do contrato, ainda que haja identidade de sócios ou qualquer relação societária entre as empresas, a CONTRATADA obriga-se a devolver integralmente os valores recebidos indevidamente, de forma imediata e sem qualquer retenção, sob pena de incorrer em mora e responder por eventuais perdas e danos causados à CONTRATANTE,

sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento.

- 6.6. Todo e qualquer documento fiscal deverá ser encaminhado à [administrativo@agenciaambientaldovale.sp.gov.br](mailto:administrativo@agenciaambientaldovale.sp.gov.br).
- 6.7. Os pagamentos das faturas referentes às medições de serviços efetuados em nome da CONTRATADA implicarão em plena quitação, caso por ela não seja apresentada, no prazo máximo de 3 (três) dias contados do efetivo depósito, notificação expressa com ressalva quanto aos valores pagos.
- 6.8. Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela CONTRATADA contra a AGÊNCIA AMBIENTAL não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A AGÊNCIA AMBIENTAL
- 6.9. A AGÊNCIA AMBIENTAL poderá sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplência da CONTRATADA na execução deste termo ou de outros contratos firmados entre as mesmas partes.
- 6.10. A AGÊNCIA AMBIENTAL poderá glosar, de faturas emitidas pela CONTRATADA, valores apontados como indevidos pela fiscalização do contrato ou seus superiores.

#### **CLÁUSULA 7ª – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

- 7.1. A fiscalização das obras e/ou serviços pela AGÊNCIA AMBIENTAL não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA na execução das obrigações deste termo.
- 7.2. A fiscalização da AGÊNCIA AMBIENTAL paralisará os serviços quando constatado risco grave e iminente aos seus empregados, aos da CONTRATADA, terceiros ou ao meio ambiente, na conformidade dos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente.
- 7.3. A AGÊNCIA AMBIENTAL se reserva o direito de fazer outras exigências ao CONTRATADO, sempre que julgar necessário, para a proteção da integridade

física dos empregados durante o exercício das atividades e de terceiros, assim como dos seus bens, propriedades e do meio ambiente.

7.4. O presente contrato poderá ser suspenso unilateralmente pela AGÊNCIA AMBIENTAL mediante notificação à CONTRATADA por prazo não superior a 3 (três) meses ou por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo ou ainda por acordo entre as partes.

a) O limite previsto no *caput* não se aplica nos casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

#### **CLÁUSULA 8ª – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

8.1. Sem prejuízo das disposições das cláusulas e anexos deste termo de contrato e em cumprimento às suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem encargos específicos da CONTRATADA:

- a) Responsabilizar-se integral e diretamente pelos serviços contratados e mencionados em quaisquer dos documentos que integram o presente contrato, nos termos da legislação vigente e das normas e procedimentos da AGÊNCIA AMBIENTAL, citados no Edital, neste instrumento ou publicados no sítio eletrônico oficial da AGÊNCIA AMBIENTAL;
- b) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- c) Designar preposto, devidamente aprovado pela AGÊNCIA AMBIENTAL e formalizado com anterioridade ao início efetivo da execução do objeto para representa-lo na execução do contrato;
- d) Quando aplicável, apresentar planejamento prévio das atividades a realizar durante cada fase da obra ou serviço (cronograma), após a formalização do contrato e antes da emissão da Autorização de Fornecimento (AF);
- e) Quando aplicável, apresentar cópia da Anotação de Responsabilidade – ART, conforme determina a Lei Federal nº 6.496, de 07/12/77, relativa a execução das obras e/ou serviços, definindo os Responsáveis Técnicos devidamente habilitados na especialidade; a comprovação do recolhimento deverá ser apresentada à

AGÊNCIA AMBIENTAL impreterivelmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da assinatura do contrato.

- f) Atender às determinações regulares emitidas pela AGÊNCIA AMBIENTAL e prestar todo esclarecimento por ela solicitados, garantindo-lhe, a qualquer tempo, acesso ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- g) Submeter previamente, por escrito, à AGÊNCIA AMBIENTAL, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133/21.
- h) Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cujas quantidade, qualidades e tecnologia deverão atender às recomendações da boa técnica e à legislação de regência;
- i) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- j) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.
- k) Proceder, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, as anotações e registros pertinentes a todos os empregados alocados com vínculo empregatício regido pela CLT, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais propostas em qualquer tribunal que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a CONTRATADA;
- l) Remanejar, após notificação, todo empregado que, a critério da AGÊNCIA AMBIENTAL, proceder de maneira desrespeitosa para com os empregados e interessados desta, além do público em geral, garantindo que o mesmo não atue em outro contrato entre a CONTRATADA e a AGÊNCIA AMBIENTAL;
- m) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação;

- n) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ficando a AGÊNCIA AMBIENTAL desde já autorizada a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;
- o) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à AGÊNCIA AMBIENTAL ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, mesmo em se tratando de responsabilidade objetiva, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da AGÊNCIA AMBIENTAL em seu acompanhamento;
- p) Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- q) Ressarcir eventuais danos ou prejuízos à AGÊNCIA AMBIENTAL no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da notificação com discriminação dos valores;
- r) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização.

8.2. Estão ratificadas por esta cláusula outras obrigações da CONTRATADA que comparecem em outros assuntos específicos que compõem as demais cláusulas deste instrumento e do Termo de Referência.

### **CLÁUSULA 9ª – OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA AMBIENTAL**

- 9.1. Para a execução das obras/serviços objeto do presente contrato, a AGÊNCIA AMBIENTAL obriga-se a:
- a) fornecer, em tempo hábil, elementos suficientes e necessários à execução das obras e/ou serviços contratados;
  - b) efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato;
  - c) liberar, em tempo hábil, as áreas necessárias à execução das obras e/ou serviços;
  - d) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas da CONTRATADA;

- e) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações da CONTRATADA;
- f) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 1 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período.

#### **CLÁUSULA 10ª – RECEBIMENTO TÉCNICO DAS OBRAS E/OU SERVIÇOS**

10.1. As obras e/ou serviços somente serão recebidos pela AGÊNCIA AMBIENTAL após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste termo de contrato e demais documentos dele integrantes, desde que atingido o fim a que se destinam, com eficácia e qualidade requerida.

- a) A CONTRATADA, imediatamente após a data término do contrato, deverá comunicar a AGÊNCIA AMBIENTAL a conclusão das obras e/ou serviços para efeito de seu recebimento.
- b) Efetuada a comunicação do término das obras e/ou dos serviços, a AGÊNCIA AMBIENTAL providenciará em até 30 (trinta) dias da data do término do contrato, a realização de vistoria para efeito de recebimento técnico provisório.
- c) Dentro do prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data término do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar o Acerto Técnico (cadastro técnico e comercial, *as-built*, comissionamento, manuais de operação e manutenção, garantia dos equipamentos fornecidos) contendo descrição minuciosa de tudo o que foi realizado.
- d) Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução das obras e/ou serviços, será lavrado Termo de Recusa, documento em que serão apontadas as falhas e irregularidades apontadas.
- e) Sanadas as falhas e irregularidades apontadas no Termo de Recusa, a CONTRATADA efetuará, novamente, a comunicação de que trata a alínea “a” desta Cláusula.
- f) Cumpridas as disposições acima a AGÊNCIA AMBIENTAL, em até 60 (sessenta) dias após a data de término do contrato de obras e/ou serviços fará o recebimento técnico definitivo.



10.2. A AGÊNCIA AMBIENTAL poderá aceitar, a seu critério, o recebimento de parte das obras e/ou serviços, desde que obedecidas as condições vigentes.

### **CLÁUSULA 11ª – SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. A CONTRATADA deverá seguir conforme Termo de Referência e anexos ao Edital.

### **CLÁUSULA 12ª – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Para fins de aplicação das sanções administrativas, serão consideradas infrações as seguintes condutas praticadas pela CONTRATADA:

- a) Descumprir quaisquer das obrigações previstas neste contrato, com destaque àquelas constantes da Cláusula 7ª, ou a má qualidade dos trabalhos;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- c) Dar causa a inexecução do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) Dar causa à inexecução do contrato;
- e) Não manter a proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Apresentar declaração falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- h) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste contrato as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. A sanção de advertência será aplicada às infrações previstas nos itens “a” e “b” da Cláusula 12.1. quando não se justificar a imposição de penalidade mais gravosa.

12.4. A sanção de multa poderá ser aplicada pela prática de quaisquer das infrações previstas na Cláusula 12.2., observados os seguintes parâmetros:

a) A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa diária por atraso verificado com relação a cada data-marco prevista no cronograma, até o prazo de adimplemento do item em atraso, situação em que o valor da multa será obtido através do cálculo a seguir:

$$M^1 = \left( 0,2 \times \frac{1}{P_d} \times V_c \right) \times n$$

b) Pela prática das infrações previstas nas alíneas “a” e “b” do item 12.1., a CONTRATADA estará sujeita à multa conforme cálculo a seguir, desde que a conduta não justifique sanção mais onerosa:

$$M^2 = V_c \times 0,05$$

(i) A multa prevista neste item poderá ser majorada até o limite de 10% do Valor do contrato, por decisão motivada considerando as circunstâncias da ocorrência.

c) Pela prática das infrações previstas nas alíneas “c, d, e, f” do item 12.1, a CONTRATADA estará sujeita à multa conforme cálculo a seguir:

$$M^3 = V_c \times 0,15$$

(i) A multa prevista neste item poderá ser majorada até o limite de 20% do Valor do contrato, por decisão motivada considerando as circunstâncias da ocorrência.

d) Pela prática das infrações previstas nas alíneas “g, h, i, j” do item 12.1, a CONTRATADA estará sujeita à multa conforme cálculo a seguir:

$$M^4 = Vc \times 0,30$$

- e) Pela prática de 3 (três) infrações punidas com advertência pelo mesmo motivo (reincidência), a CONTRATADA estará sujeita à multa conforme cálculo a seguir:

$$M^5 = Vc \times 0,05$$

- f) Sem prejuízo de multas eventualmente aplicadas, por dar causa à rescisão do presente termo, a CONTRATADA estará sujeita a multa conforme cálculo a seguir:

$$M^6 = Vc \times 0,10$$

- 12.5. Nas expressões constantes das alíneas “a” a “f”, define-se como:

$M^x$  = Valor da multa em moeda corrente nacional

$Pd$  = Prazo contratual em dias consecutivos e ininterruptos, contados da data de assinatura do contrato

$Vc$  = Valor atualizado do contrato no mês de aplicação da multa;

$n$  = número de dias de atraso.

- 12.6. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 12.2. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

- 12.7. O somatório das multas moratórias e compensatórias fica limitado a 30% do valor do contrato.

- 12.8. Quando eventual multa aplicada à CONTRATADA não cobrir os prejuízos causados à AGÊNCIA AMBIENTAL, poderá ser exigida indenização suplementar em montante suficiente à reparação integral dos danos ensejados pela conduta infracional.

- 12.9. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 12.2 será precedida de notificação à CONTRATADA, que poderá apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

**CLÁUSULA 13ª – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

13.1. Este contrato poderá alterado em razão de fatos supervenientes ou oportunidades que imponham a revisão de suas cláusulas, ou ainda, em razão de necessidade de correção de erros materiais, por acordo entre as partes nos casos exemplificados a seguir:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato;

13.2. O contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela AGÊNCIA AMBIENTAL, nas seguintes hipóteses:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela lei vigente.

13.3. Nas alterações contratuais unilaterais do item anterior, a CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de

reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

#### **CLÁUSULA 14ª – INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

- 14.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as devidas aplicações das sanções conforme previsão neste instrumento.
- 14.2. Constituem motivos para a rescisão do contrato mediante denúncia da AGÊNCIA AMBIENTAL:
- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou projetos;
  - b) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento ou no cumprimento de datas intermediárias ou datas marco que ensejem a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados e acarretem prejuízos à AGÊNCIA AMBIENTAL e em outros contratos;
  - c) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à AGÊNCIA AMBIENTAL;
  - d) A subcontratação (parcial ou total) do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no contrato ou sem prévia autorização da AGÊNCIA AMBIENTAL;
  - e) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
  - f) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
  - g) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
  - h) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
  - i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento;
  - j) A caracterização superveniente da prestação de trabalho não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência;

14.3. Constituem motivos para a rescisão do contrato mediante denúncia da CONTRATADA:

- a) A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido pela legislação vigente;
- b) A suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da AGÊNCIA AMBIENTAL, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis;

14.4. Ocorrendo dolo ou culpa da CONTRATADA, de forma individual ou concorrente, a AGÊNCIA AMBIENTAL terá o direito de:

- a) Executar a garantia contratual, para ressarcimento dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- b) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos por ela;

#### **CLÁUSULA 15ª – SIGILO CONFIDENCIALIDADE E LGPD**

15.1. A CONTRATADA reconhece que, em razão deste contrato, estabelece contato com informações confidenciais e privadas da AGÊNCIA AMBIENTAL, que podem e devem ser consideradas como segredo do órgão;

15.2. A CONTRATADA obriga-se, por seus administradores, empregados, prepostos e contratados a manter o mais completo e absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação da empresa a que tenham acesso, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, divulgar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, inclusive após o término da prestação dos serviços.

15.3. As partes expressamente reconhecem que todo e qualquer material utilizado durante a prestação de serviços, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido utilizados, criados ou estados sob o controle de qualquer das partes, será igualmente resguardado pelo mútuo compromisso de sigilo e confidencialidade.

- 15.4. As obrigações a que alude esta cláusula perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual e abrangem, além das informações de que as partes venham a tomar conhecimento, aquelas que já possuem na presente data.
- 15.5. O não cumprimento dos critérios descritos nesta cláusula, implicará na responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação das regras de sigilo e confidencialidade. A CONTRATADA garante à AGÊNCIA AMBIENTAL que as informações e os serviços por ela fornecidos, em consequência deste contrato, não infringem quaisquer patentes, marcas, direitos, direitos autorais ou *trade secrets*.
- 15.6. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD) quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou aceitação expressa.
- 15.7. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e os princípios do art. 6º da LGPD.
- 15.8. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.
- 15.9. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.
- 15.10. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 15.11. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

- 15.12. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 15.13. A AGÊNCIA AMBIENTAL poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 15.14. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela AGÊNCIA AMBIENTAL, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 15.15. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário, e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 15.16. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

#### **CLÁUSULA 16ª – FORO**

- 16.1. As partes elegem, de comum acordo, o foro da Comarca de São José dos Campos, Poder Judiciário do Estado de São Paulo, como único competente para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

São José dos Campos, data da última assinatura dos representantes das partes





## CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA

Pela **AGÊNCIA AMBIENTAL**:

---

Cláudio Scalli  
Secretário Executivo

---

Odilson Gomes Braz Junior  
Diretor Administrativo

Pela **CONTRATADA**:

---

Nome do representante do fornecedor

Testemunhas:

---

Testemunha 1

Nome:  
RG:  
CPF:

---

Testemunha 2

Nome:  
RG:  
CPF: